

## Para os ecologistas, projeto é, no mínimo, precipitado

*Alguns acham necessário avaliar melhor a situação; outros não admitem nem isso*

EVANILDO DA SILVEIRA

**A**mbientalistas não viram com bons olhos o projeto do governo de conceder 25 milhões de hectares de florestas públicas na Amazônia para exploração sustentável. Para alguns, a decisão é, no mínimo, precipitada. Antes de abrir áreas da Amazônia para a exploração seria necessário fazer um ma-

crozoneamento da região, determinando quais zonas devem ser protegidas e quais podem ser liberadas. O paraense José Maria Cardoso da Silva, vice-presidente da Organização Não-Governamental (ONG) Conservation International do Brasil, é

um dos que defendem o macrozoneamento. "A Amazônia é muito heterogênea", diz. "Antes de conceder 25 milhões de hectares para exploração é necessário desenhar um mosaico, no qual estariam determinadas as áreas de proteção integral, as de manejo sustentável e as liberadas para atividades produtivas, como agricultura e pecuária."

Segundo Silva, a base para

esse zoneamento já existe. Num seminário realizado em Macapá, em setembro de 1999, cerca de 220 cientistas e ambientalistas determinaram quais áreas amazônicas serão consideradas de conservação integral da biodiversidade. "Então, antes de fazer licitação para ceder as áreas, o governo deveria aproveitar esse mapeamento e fazer um planejamento estratégico para a região."

O diretor da ONG ambientalista SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, tem uma posição mais radical. "Sou contra a concessão de área de

Mônica Zarattini/AE- 25/10/2001



Mantovani, do SOS Mata Atlântica

florestas para exploração", diz. "Acho que quanto mais área de conservação em mãos do Estado melhor. O Brasil tem pouca área protegida, menos de 1% de seu território. A Costa Rica, por exemplo, tem 30% de áreas intocáveis."

Para Mantovani, o que governo quer fazer é dar um novo nome para uma prática antiga. "Quer chamar de manejo sustentável o mesmo processo perverso e predatório que vem de 500 anos, que é o extrativismo", diz. "O governo não pode conceder áreas de floresta para grupos privados. Apenas as comunidades tradicionais devem ganhar o direito de explorar o local onde vivem há séculos."